

**AO ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ.**

REF.: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS COM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 28/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5922/2022.

A empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, com endereço eletrônico [juridico@sieg-ad.com.br](mailto:juridico@sieg-ad.com.br), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro no artigo 18 do Decreto nº 5.450/2005, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO** em face do Edital em epigrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

## **1. SÍNTESE FÁTICA**

O Município de São José do Vale do Rio Preto, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à “*AQUISIÇÃO DE SALAS DIGITAIS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA*”.

Todavia, denota-se a presença de vícios que podem vir a macular todo o processo, cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e a formulação de propostas.

Face o interesse público evidente do procedimento em voga, por sua amplitude, **SOLICITA-SE COM URGÊNCIA** a análise do mérito deste Esclarecimento com Impugnação pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar prejuízos maiores para o erário público, o qual certamente será lesado caso o Edital permaneça nos termos atuais. Tal é o que se passa a demonstrar.

## **2. PRELIMINARMENTE**

Informamos que o presente documento conta com assinatura digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/01, que institui a Infraestrutura de Chaves

Públicas Brasileiras (ICP - Brasil) e requisitos formais e técnicos, para a autenticação digital de documentos públicos ou privados, cujo integral cumprimento concede ao documento autenticado digitalmente o mesmo valor probatório dos originais (art. 2º-A, §2º da Lei nº 12.682/2012).

Desse modo, entende-se que será dispensado o protocolo da via original deste documento, dada a validade jurídica a ele instituída.

### **3. DAS RAZÕES**

Inicialmente, cumpre mencionar que o presente pleito pretende afastar do procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados licitantes, obstando a **BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA** para Administração Pública.

#### **A. DO PRAZO DE ENTREGA**

No que tange o prazo de entrega, o edital trouxe a seguinte informação:

**7.4** - Os contratos de fornecimento apenas estarão caracterizados após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento emitidas, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho, para cuja retirada a DETENTORA terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis para entrega;**

Como se passa a demonstrar, não resta dúvida que a exigência editalícia acima se consigna em condição manifestadamente comprometedora e restritiva ao caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação, haja vista a absoluta impossibilidade de entrega do

objeto licitado dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, considerando a atual realidade do mercado.

Levando em consideração que o processo de fabricação de diversos itens licitados no presente edital compreende as etapas de aquisição de matéria prima, planejamento da produção, a produção propriamente dita, testes de produção e controle de qualidade, faturamento e transporte, e dependendo da localidade onde está situada a fabricante (sem olvidar que o Brasil é um país de dimensões continentais); estes prazos somados podem chegar a 30 (trinta) dias desde o recebimento do pedido até a entrega no cliente, **o que revela a impossibilidade em se cumprir o prazo indicado no edital.**

Observe-se também que vários itens podem ser compostos de insumos importados, o que, necessariamente impacta em pelo menos mais 30 (trinta) dias de acréscimo nesse processo produtivo.

Realizamos uma simulação de frete do trecho de Curitiba/PR x São José do Vale do Rio Preto/RJ com 5 (cinco) transportadoras diferentes, conforme segue:

 ORIGEM / DESTINO Curitiba - PR → São José do Vale do Rio Preto - RJ	
	Entrega 18 dias úteis
	Entrega 7 dias úteis
	Entrega 6 dias úteis
	Entrega 15 dias úteis
	Entrega 8 dias úteis

Conforme a simulação acima, o trecho pode demorar até 18 dias úteis<sup>1</sup>.

Com o devido respeito, este prazo de entrega despropositado só nos leva a crer que a futura empresa CONTRATADA terá sede nas proximidades geográficas do município, e também será uma empresa com um vasto estoque destes produtos já produzidos acabados, embalados e prontos para o imediato faturamento e entrega, pois caso contrário tal prazo não será atendido.

Ou seja, é notório que **qualquer fabricante enfrentará dificuldades para cumprir o prazo disposto em edital**. E, frise-se: referida dificuldade é decorrente da cadeia de produção e entrega, e não da vontade ou capacidade da licitante.

Desta forma, com todo respeito, não pode essa Administração licitante entender como razoável o cumprimento do referido prazo.

A flexibilização do prazo de entrega conforme a realidade atual do mercado viabilizará a participação de inúmeras empresas que possuem condições de fornecer o objeto do certame com preço justo e com a qualidade necessária, evitando que o certame venha a ser fracassado por falta de competitividade.

Diante do exposto, considerando a situação atual e a razoabilidade e proporcionalidade que sempre deve se pautar a Administração Pública, garantindo a participação de um maior número de fornecedores, impugna-se desde logo o presente edital, para que o prazo de entrega seja alterado para, no mínimo, **30 (trinta) dias úteis**, tendo em vista o curto prazo de entrega, o qual implica diretamente na ampla participação no certame.

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://app.fretedescomplicado.com.br/>

## B. DA DISPUTA POR LOTE

Inicialmente, o edital informa que o julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE:

### **7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do LOTE.**

Assim sendo, faz-se necessário esclarecer que, o critério de julgamento adotado no presente processo licitatório, qual seja, Menor Preço por Lote, dificulta a ampla participação das empresas interessadas, vez que para concorrer, estas são OBRIGADAS a apresentar proposta para TODOS os itens licitados no Lote.

Verifica-se a variedade da natureza dos itens agrupados num mesmo lote/kit:

---

#### **LOTE 01 – SALA DIGITAL:**

**PROJETOR** - Conexões de entrada: HDMI, VGA, USB, RCA. Resolução nativa: 1024px x 768px (HD). Suporte de resolução para 1920x1200. Tecnologia de projeção 3 LCD ou DLP. Taxa de contraste 15000:1. Tamanho da projeção de 30" - 300". Conectividade Wi-Fi. Controle remoto. Alto-falantes embutidos.

**SISTEMA DE SOM** - Formato Soundbar, conexão via Bluetooth, conexões: RCA, P2, Cartão de memória e SPDIF. Potência mínima de 80W RMS, com controle remoto.

**SUPORTE DE TETO PARA PROJETOR** - com ajuste de rotação, inclinação e altura com barra alongadora. CABO DE FORÇA - 15m, 1mm tripolar. CABO HDMI - 15m, 2.0 com suporte para projeções em 4k.

**CABO DE ÁUDIO** - 10m P2/P2. ESTABILIZADOR - Mínimo de 1000 VA bivolt.

**SERVIÇO DE INSTALAÇÃO** - incluso todo o material necessário como buchas, parafusos, cabos, canaletas e outros (de forma que todos os equipamentos sejam ligados e conectados para o perfeito funcionamento da sala digital).

**SUPORTE E TREINAMENTO** - Oferecer suporte por um ano ou mais e treinamento sobre o uso da Sala Digital. **LOUSA DIGITAL** - Área útil mínima

Observa-se claramente que o modo como está disposto o edital é despiciendo, uma vez que não observa a ampla competição, pois somente um fornecedor poderá prestar o serviço em tela em tais moldes. Tal exigência é excessiva principalmente se considerarmos que com a competitividade no mercado de TECNOLOGIA ou ÁUDIO existem várias empresas que conseguem prestar os mesmos serviços, com critérios de qualidade idênticos, ou até mesmo superiores.

Não existe sequer justificativa prévia para tanto, uma vez que o objeto do processo ora discutido é a modernização dos espaços de ensino, e isso será possível independentemente dos itens serem fornecidos em conjunto ou de forma separada.

Ademais para que uma empresa consiga entregar todos os produtos num mesmo lote será necessário que esta realize a compra de outra fabricante, sabemos que os custos de tal operação são maiores do que os custos da fabricação. Portanto os valores pagos na compra terão que ser repassados à administração, frustrando, desta forma o objetivo de preservar o erário.

Corroborando com a presente argumentação temos a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União:

É **obrigatória** a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Reafirmando a sua já consolidada jurisprudência, o TCU indicou ser o parcelamento a regra, excepcionada apenas quando, justificadamente, prejudicial ao interesse público, através do Acórdão n. 3.009/2015<sup>2</sup> – Plenário:

---

<sup>2</sup> Acórdão n. 3.009/2015 – TCU Plenário, Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*?NUMACORDAO%253A3009%2520ANOACORDAO%253A2015/DIRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*?NUMACORDAO%253A3009%2520ANOACORDAO%253A2015/DIRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520).



REPRESENTAÇÃO. FUNASA. PREGÃO ELETRÔNICO 1/2015. SERVIÇOS DE CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E PLOTAGEM. CLÁUSULAS RESTRITIVAS DA COMPETITIVIDADE NO EDITAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INVIABILIDADE DE PROMOVER O PARCELAMENTO DO OBJETO. DEFICIÊNCIAS NAS ESTIMATIVAS DE PREÇO. FORTES INDÍCIOS DE SOBREPREGO. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DE ALGUNS. EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE DE OUTROS. MULTA. CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO.

Qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição.

Por isso o Tribunal de Contas, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que a licitação se destina a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa como também a observância do princípio constitucional da isonomia.

O edital NÃO trouxe como JUSTIFICATIVA para adoção do modo de disputa, sendo previstas apenas para contratação (2.2) e para estimativa e quantitativos (2.3), de forma que fere a prerrogativa de aplicação da disputa por lote.

Após uma rápida busca, verificou-se que o custo aproximado para a abertura de um processo licitatório na modalidade eletrônica (Pregão Eletrônico), pode chegar até R\$ 20.698,00 (vinte mil e seiscentos e noventa e oito reais), portanto, caso o presente certame seja fracassado - por nenhuma empresa conseguir fornecer todos os itens solicitados no Lote 01, por exemplo -, reflete diretamente no custo do processo licitatório, trazendo prejuízos ao erário.

Destarte, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido a restrição constante em edital, além de evitar o risco de adquirir equipamentos com custo mais alto ou restar o certame prejudicado.

Diante do exposto, a alteração do presente instrumento convocatório, nos termos acima expostos, é essencial para viabilizar a participação das licitantes interessadas de participarem de forma competitiva e em condições de oferecer propostas comerciais vantajosas para a Administração Pública.

**Diante disso, é por certo que há limitação na ampla participação obrigatória a todos os certames, o que pode e deve, com todo o respeito, facilmente ser corrigido com a simples aquisição dos produtos através de compra por itens, portanto, requer-se desde logo que a disputa deixe de ser por lote, e passe a ser por itens.**

### **C. DO SUPORTE E TREINAMENTO**

O edital prevê, nas especificações e quantidades do lote 1 a necessidade de realização de treinamentos e suporte, vejamos:

*SUPORTE E TREINAMENTO - Oferecer suporte por um ano ou mais e treinamento sobre o uso da Sala Digital*

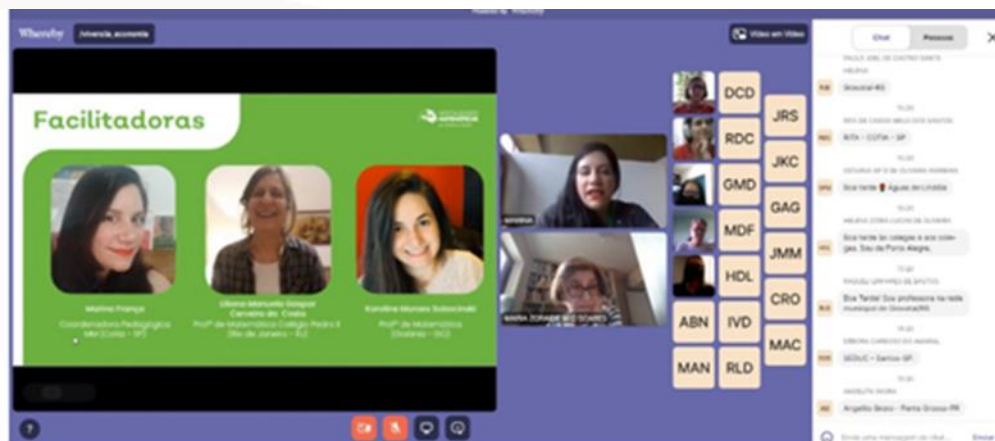
Ocorre que, apesar da exigência de treinamento, o texto convocatório não especifica se esse deverá ocorrer de forma presencial ou online.

tem-se que a realização do treinamento de forma online ou na modalidade EAD apresentaria maiores benefícios ao órgão, tendo em vista que as aulas ficariam salvas em arquivo digital, garantindo que o usuário possa consultar a qualquer momento e quantas vezes quiser, em caso de dúvidas acerca da utilização do equipamento.

Com efeito, tem-se que as lousas interativas são equipamentos intuitivos e que muito se assemelham a objetos tecnológicos do dia a dia, como *tablets* e *smartphones*, e que irão acompanhados de manual de instrução.



Além disso, diversos municípios já são adeptos dos treinamentos EAD, como é o caso de Cotia-SP, os quais permitem a interação e saneamento de eventuais dúvidas. Veja exemplo, abaixo:



Treinamento aconteceu durante o 3º Seminário Mentalidades Matemáticas, promovido pelo Instituto Sidarta e pelo Itaú Social nos dias 26 e 27 de outubro

O treinamento realizado de forma virtual atenderia, inclusive, aos itens 1.2.1.2 e 1.2.1.3 do edital, a saber:

1.2.1.2. Este plano de treinamento deve ser acompanhado de materiais em vídeo-aulas e documentação completa do conteúdo do encontro, para consultas posteriores pelos professores e colaboradores da instituição.

1.2.1.3. Deve ser disponibilizado um canal especializado online para tirar dúvidas sobre a utilização das ferramentas, com atendimento em até um dia útil, aonde as respostas poderão ser fornecidas em vídeo, referência à documentação existente, contextualizada à dúvida e/ou boletins de atualização, se for algo que se refira a questões não abordadas em treinamentos ou documentação anterior.

Isso tudo sem olvidar que o treinamento on-line ou EAD resultaria em um custo menor para a contratada e, conseqüentemente, em uma proposta mais vantajosa para esta Administração, tendo em vista que não precisaria arcar despesas de deslocamento.

Da mesma forma, não a especificação a respeito do suporte, desta forma entendemos que este também poderá ocorrer por meio de plataforma de chamado web, que atenda de forma rápida e eficiente, como solução facilitada e de rápido alcance.

Diante disso, entendemos que, caso seja necessária a capacitação dos servidores, serão aceitos treinamentos on-line ou na modalidade EAD, garantindo todo o suporte e esclarecimento de qualquer dúvida que o usuário possua. **Está correto nosso entendimento?**

#### **D. DO TERMO B2:F6**

No descritivo técnico um dos termos citados trouxe questionamentos:

+B2:F6 Multi Touch

Ocorre que realizando diversas pesquisas não encontramos informações a respeito dessa especificação, o que nos leva a crer que trata-se de erro formal, está correto?

Caso contrário solicitamos que o órgão apresente informações a respeito do termo citado bem como apresente o orçamento realizado para requerer tal característica.

#### **E. DA NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO**

O edital prevê, como obrigação da contratada:

SERVIÇO DE INSTALAÇÃO - incluso todo o material necessário como buchas, parafusos, cabos, canaletas e outros (de forma que todos os equipamentos sejam ligados e conectados para o perfeito funcionamento da sala digital).

De acordo com o trecho acima trazido, a contratada deverá instalar e configurar os equipamentos ofertados. Considerando, contudo, que não há necessidade de enviar um profissional até o órgão para realizar sua instalação e configuração, visto que o equipamento já será enviado montado e pré-configurado, sendo que não exige instalação, uma vez que apenas deve ser ligado na tomada.

Como pode-se constatar facilmente em um vídeo<sup>3</sup> de dois minutos, o processo não é nada complexo.

Cabe ressaltar que tal exigência faz com que o preço do equipamento repassado ao órgão licitante seja maior, considerando os custos do envio do profissional, trazendo prejuízos ao erário público.

**Levando em consideração que o Lousa Digital que compõem o kit, será entregue montado, configurado e pronto para uso, devendo apenas o órgão licitante conectar o equipamento na tomada, entendemos que não será exigida a instalação deste equipamento. Está correto nosso entendimento?**

Caso nosso entendimento esteja errado, requer desde logo que o órgão licitante apresente estudo técnico que justifique a exigência de instalação de equipamentos que serão entregues prontos para uso.

## **F. DA NECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL**

Para o item os itens Projetor e Sistema de som há os requisitos:

*"Conectividade Wi-Fi."*

*"conexão via Bluetooth"*

---

<sup>3</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=c4l0jAYl5y8>

Neste viés, importa destacar que a ANATEL é uma instituição em âmbito nacional que tem como objetivo fiscalizar e regulamentar a distribuição de produtos de telecomunicações<sup>4</sup>:

No Brasil, somente é permitida a comercialização de produtos para telecomunicações com Certificados de Conformidade Técnica válidos e devidamente homologados pela Anatel. O processo de certificação conduzido pela Agência tem como base padrões de qualidade e de segurança, além de funcionalidades técnicas regulamentadas.

Em razão disto, importa destacar que produtos que contenham o que se solicita – conectividade wi-fi ou bluetooth - nos itens citados, devem apresentar certificação Anatel.

Isto ocorre por meio da Resolução nº 671, de 03 de novembro de 2016, da ANATEL<sup>5</sup>. As placas ou módulos de autorização e controle de radiofrequência, tem obrigatoriedade na homologação. Logo, o componente, placa de Wi-Fi deve ser homologada.

Dessa forma, o equipamento ofertado deve apresentar uma placa Wi-Fi homologada, caso que se encaixa nas legislações vigentes e, se for comprovado de forma inegável que o produto fornecido virá com a placa desejada, o órgão receberá o que é necessário.

Esta é uma medida que busca permitir a fabricação legal, dentro dos parâmetros e trâmites exigidos na Lei, já que nem todos os fabricantes de monitores fabricam também os componentes internos.

**Dessa forma, compreendemos que será exigida a homologação da ANATEL sobre os componentes dos itens projetor e sistema de som. Está correto nosso entendimento?**

<sup>4</sup> Anatel, disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/certificacao-de-produtos>. Acesso em 01 de agosto 2022.

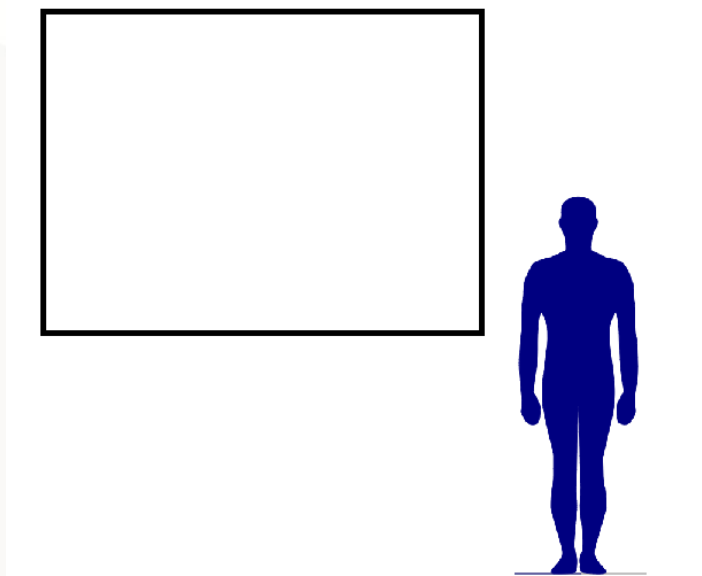
<sup>5</sup> Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2016/911-resolu%C3%A7%C3%A3o-671>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

## G. FORMATO FULL SCREEN E WIDESCREEN

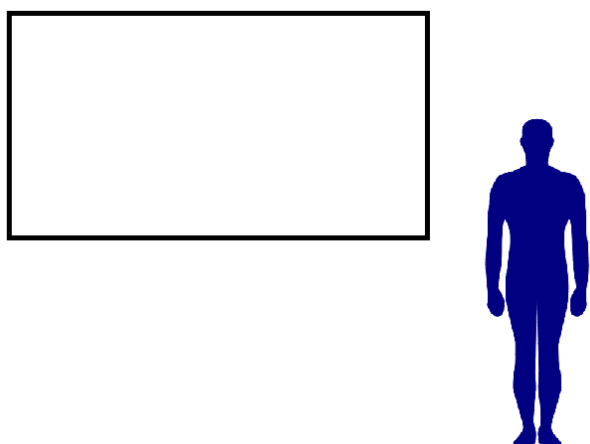
Na descrição técnica do item Lousa digital o órgão traz as seguintes especificações a respeito do tamanho e proporções:

“Área útil mínima de 94", formato Full Scream, [...] Proporção 16:9”

Ocorre que o formato e a proporção não são compatíveis, visto que a proporção 16:9 é característica do formato Widescreen. Ressalta-se que ambos os formatos possuem a área útil de 94", porém o que muda é a ergonomia, conforme imagens a seguir:



Nesta primeira imagem temos o comparativo de uma tela Full Screen com um operador de 1,75 m, como podemos perceber, o formato dificulta o acesso à parte superior da tela, visto que a sua altura é maior e a largura é menor.



Na segunda temos comparativo similar, mas agora com a tela em formato widescreen, é perceptível que do ponto de vista ergonômico este formato é o mais indicado, visto que possibilita o operador acessar toda a área da tela com maior facilidade. E por este motivo o padrão utilizado para lousas do tamanho desejado – 94” – é o formato widescreen, com proporção 16:9.

**Considerando o exposto entendemos que serão aceitos os produtos em formato Widescreen, com 94” e proporção de 16:9. Está correto nosso entendimento?**

**Caso contrário impugna-se desde já o presente edital tendo em vista que a determinação de que a tela seja no formato Full Screen não representa ganhos para administração.**

## H. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Ainda a respeito do item Lousa Digital, que compõe o lote 01 temos as seguintes especificações:

Superfície do quadro em alumínio composto revestido com chapa de aço coberta por cerâmica de alta resistência, Magnética, anti-propagação de chamas, sem uso de madeira ou derivados, a superfície do quadro deverá permitir escrita convencional com pincel para quadros brancos ou ainda escrita digital. gravador de aulas com áudio e vídeo da operação do computador, formatos .AVI ou .MP4 exportador de Slides (salva todas as anotações feitas na tela) nos formatos JPG, PDF, DOC, PPT, HTML, IWB, SWF, ODT, ODS, ODP E ODG;



Da forma como foi redigido, o presente certame, lesa o princípio da ampla concorrência, tendo em vista as excessivas e descabidas exigências, as quais impedem que o órgão licitante analise e possa receber uma oferta vantajosa.

As restrições no tocante as especificações técnicas contidas no edital impossibilitam a participação de empresas capacitadas para atender às necessidades da Administração Pública, porém, que não ofertam o item de forma literal ao que se pede em edital. Ressalta-se que conforme disposto em lei a descrição do objeto deve ser sucinta, conforme redação do artigo 38 da Lei 8.666/93:

*Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a **indicação sucinta de seu objeto** e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: [...] (grifo nosso)*

Diante disso, inexistente qualquer prévia justificativa para tamanho rigor por parte do órgão para que as especificações do item não contenham indicação sucinta, de acordo com o artigo 38 acima mencionado, visto que, as características trazidas possuem nível de especificidade aquém do que se espera para o objeto.

O órgão especificou, por exemplo, uma superfície composta por 3 materiais diferentes, sendo que o operador não interage com estes materiais – em particular, o alumínio no fundo da superfície – e existem outros materiais perfeitamente capazes de permitir a funcionalidade principal da lousa, que é a de permitir as diferentes formas de escrita.

Ainda, há especificações de múltiplos formatos de vídeo e de imagem, quando cada fabricante possui os seus formatos característicos no software e muitos dos formatos apresentados podem ser convertidos entre si por softwares apropriados ou até mesmo serviços gratuitos da internet.

**Dessa forma, entende-se que serão aceitos produtos de outras marcas com suas**

características personalíssimas, desde que com propriedades equivalentes, está correto?

Caso contrário impugnamos o presente edital por não observar os princípios norteadores da licitação, quais sejam o princípio da isonomia, igualdade e ampla participação, tendo em vista a descrição excessiva do item lousa digital.

#### 4. DO DIREITO

A importância da licitação para a Administração Pública está expressa no artigo 37, XXI, da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações; (GRIFO NOSSO)

Assim, o referido princípio dos administrados perante à Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna.

Em consonância com Celso Antonio B. de Mello (2004, p. 73), para o Direito Administrativo, o princípio da isonomia ou da igualdade dos administrados em face da Administração anda de mãos dadas com o princípio da impessoalidade.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório deve ser interpretado à luz do princípio da isonomia. Sobre o assunto:

“(...) Os esclarecimentos do MinC não conseguiram elidir a subjetividade da avaliação da prova de conceito, especialmente considerando-se o item 1 da primeira etapa e os itens 3 e 5 da segunda etapa, os quais **não utilizam parâmetros objetivos para a atribuição dos pontos à licitante, caracterizando**

**infringência ao princípio do julgamento objetivo estampado no art. 3º da Lei 8.666/1993, bem como ao princípio constitucional da isonomia (...) 36. Considerando os indícios de irregularidades relatados, que ferem dispositivos da Lei 8.666/1993, além do princípio constitucional da isonomia, e considerando também a exceção prevista no § 6º do art. 276 do RITCU, será proposto que o MinC adote medidas com vistas à anulação do Pregão Eletrônico 16/2014 (...) (TCU 03019620140, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Data de Julgamento: 22/04/2015)" (grifo nosso).**

Assim é obrigação da Administração Pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também **demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.**

## **5. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer à Solicitante:

- A)** Que o prazo de entrega seja alterado para, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis, tendo em vista o curto prazo de entrega, o qual implica diretamente na ampla participação no certame.
- B)** Que a disputa deixe de ser por lote, e passe a ser por itens.
- C)** Subsidiariamente, que o item Lousa Digital, seja desmembrado do lote III, passando a formar um lote por si só, com suas 30 unidades.
- D)** Que o órgão declare que serão aceitos treinamentos *on-line* ou na modalidade EAD, assim como o suporte poderá ser realizado de forma remota.
- E)** Que o órgão esclareça que a especificação +B2:F6 trata-se de erro formal.
- F)** Subsidiariamente que o órgão apresente esclarecimento a respeito do termo bem como a cotação utilizada para elencar essa especificação.
- G)** Que seja dispensada a necessidade de instalação para o item Lousa digital.
- H)** Subsidiariamente, em caso de resposta negativa que o órgão apresente estudo técnico que justifique a exigência de instalação do equipamento.
- I)** Que o órgão declare que será exigida a homologação da ANATEL sobre os componentes de comunicação, quais sejam, wi-fi e bluetooth, integrados aos itens projetor e Sistema de som.

- J) Que o órgão aceite telas interativas no formato Widescreen
- K) Que sejam aceitos produtos de outras marcas com suas características personalíssimas, desde que com propriedades equivalentes.
- L) Subsidiariamente impugna-se o presente edital por não observar os princípios norteadores da licitação, tendo em vista que descrever, de forma injustificada, demasiadamente o objeto a ser comprado é cláusula que restringe a ampla participação.

Termos em que, pede Deferimento.

Curitiba, 11 de outubro de 2022.



**SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**

LILIANE FERNANDA FERREIRA

CPF: 079.711.079-86